



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº 13819.906514/2012-40

Recurso nº Voluntário

Resolução nº 3402-002.050 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Data 23 de maio de 2019

Assunto DILIGÊNCIA.

Recorrente SADA TRANSPORTES E ARMAZENAGENS S/A

Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do recurso em diligência, nos termos do voto da relatora.

(assinado digitalmente)

Waldir Navarro Bezerra - Presidente.

(assinado digitalmente)

Maysa de Sá Pittondo Deligne - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Waldir Navarro Bezerra, Rodrigo Mineiro Fernandes, Diego Diniz Ribeiro, Maria Aparecida Martins de Paula, Maysa de Sá Pittondo Deligne, Pedro Sousa Bispo, Thais De Laurentiis Galkowicz e Cynthia Elena de Campos.

Relatório

Trata-se de Pedido de Restituição relativo à COFINS (código de receita 5856) paga de forma indevida no período de apuração de 29/02/2008. Foi transmitido despacho

decisório eletrônico indeferindo a restituição pleiteada, sob a justificava do crédito pleiteado ter sido utilizado para quitar o débito de COFINS Não Cumulativo do período.

Inconformada, a empresa apresentou Manifestação de Inconformidade informando que os débitos de COFINS originariamente informados em DCTF foram revisados e reduzidos, ensejando em pagamento indevido ou a maior no período. Apresentou a cópia da DCTF e DACON retificadores transmitidos na mesma data do PER, em 22/03/2011.

A defesa apresentada foi julgada improcedente pelo acórdão abaixo ementado:

"ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS Período de apuração: 01/02/2008 a 29/02/2008 PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA DO DIREITO CREDITÓRIO INFORMADO NO PER/DCOMP.

Inexistindo o direito creditório informado no Pedido Eletrônico de Restituição/Ressarcimento - PER, é de se indeferir o pedido de restituição apresentado. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. RETIFICAÇÃO DE DCTF. ERRO DE FATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO.

A retificação de declaração já apresentada à RFB somente é válida quando acompanhada dos elementos de prova que demonstrem a ocorrência de erro de fato no preenchimento da declaração original (art. 147, § 1º, do CTN).

*Manifestação de Inconformidade Improcedente
Direito Creditório Não Reconhecido" (e-fls. 50)*

Intimada desta decisão em 01/06/2017 (e-fl. 57), a empresa apresentou Recurso Voluntário em 30/06/2017 (e-fls. 59/206) afirmando que a razão pela qual procedeu com a redução do valor da COFINS a pagar no período decorre: *(i)* da isenção do PIS/COFINS sobre a receita decorrente do transporte internacional de cargas; *(ii)* do direito de aproveitar 100% (cem por cento) dos créditos de PIS/COFINS sobre os serviços prestados por Empresas optantes pelo Simples Nacional; e, por fim: *(iii)* do aproveitamento do crédito de PIS/COFINS sobre o seguro de cargas. Afirma que traz a documentação fiscal e contábil suporte do crédito pleiteado. Caso não entenda pela suficiência da documentação, requer a conversão do processo em diligência.

Em seguida, os autos foram direcionados a este Conselho para julgamento.

É o relatório.

Voto

Conselheira Relatora Maysa de Sá Pittondo Deligne.

O Recurso Voluntário é tempestivo e merece ser conhecido. Entendo, contudo, pela necessidade de conversão do processo em diligência para verificar a validade do crédito pleiteado pelo sujeito passivo.

Como se depreende dos presentes autos, a Recorrente entende que seria suficiente a retificação do DACON e da DCTF antes da transmissão do PER para confirmar a validade do seu crédito. Contudo, necessário ainda que, além deste indício da existência do crédito, sejam analisados os documentos contábeis e fiscais necessários à confirmar a validade

das informações constantes destes documentos fiscais, em conformidade com o art. 147, §1º, do Código Tributário Nacional - CTN.

Buscando respaldar o seu crédito, o contribuinte anexou aos autos balancete analítico, razão analítico de algumas contas contábeis e planilhas elaboradas pelo sujeito passivo que demonstrariam o crédito.

Contudo, observe-se primeiramente que as planilhas elaboradas pelo sujeito passivo não fazem uma clara diferenciação entre as informações que foram declaradas originariamente na DCTF e no DACON, comparativamente com as informações que foram retificadas. O contribuinte apenas apresentou quais informações estariam respaldando sua declaração retificadora, sem deixar claro o que foi modificado.

No Recurso Voluntário, a empresa afirma que a modificação se refere *(i)* a isenção do PIS/COFINS sobre a receita decorrente do transporte internacional de cargas; *(ii)* créditos de PIS/COFINS sobre os serviços prestados por Empresas optantes pelo Simples Nacional; e *(iii)* do aproveitamento do crédito de PIS/COFINS sobre o seguro de cargas seca e automóveis.

Contudo, o balancete analítico e o razão não detalham estas operações que foram postas em discussão no Recurso Voluntário. Com efeito, a única conta contábil relevante para a presente discussão que foi discriminada no razão contábil é a conta 3121009 (seguros transp. carga seca - e-fl. 204), inexistindo detalhamento semelhante para a conta de seguros de transporte de automóveis.

Quanto às receitas de prestação de serviço de transporte internacional, observa-se que o balancete analítico não segregava o valor correspondente à receita de prestação de serviço de transporte internacional. Os valores de receita de prestação de serviços estão todos agrupados em uma única conta contábil (4111002 - e-fl. 127):

BALANÇE ANALÍTICO						Folha 14
MES/ANO : 02/2008		MOEDA : REAL				
CONTA	DG.	NAME	Saldo Anterior	DÉBITO	CRÉDITO	Saldo Atual
3511004	9	TAXAS DIVERSAS	0,00	42.060,23	0,00	42.060,23 D
3511005	2	MULTAS INDEUDITIVAS	0,00	2.073,67	0,00	2.073,67 D
3511015	5	IPVA	0,00	26,40	0,00	26,40 D
3511021	3	ICMS DIFERENCA DE ALIQUOTA	0,00	3.071,28	0,00	3.071,28 D
37	1	DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	0,00	7.371.679,84	1.360.508,96	6.011.170,88 D
3711	7	DEDUÇÕES DAS RECEITAS	0,00	7.371.679,84	1.360.508,96	6.011.170,88 D
3711001	0	FRETES ANULADOS	0,00	137.551,05	0,00	137.551,05 D
3711003	8	ICMS S/FRETES	0,00	5.041.173,92	1.000.799,02	4.040.374,90 D
3711004	1	COFINS NAO CUMULATIVO	0,00	1.313.961,78	0,00	1.313.961,78 D
3711005	5	PIS/PASEP NAO CUMULATIVO	0,00	270.643,82	0,00	270.643,82 D
3711006	9	ISSQN S/NF SERVICOS	0,00	23.320,69	0,07	23.320,62 D
3711007	2	CUSTO VENDAS ATIVO IMOBILIZADO	0,00	585.028,58	359.709,87	225.318,71 D
4	2	RECEITAS	0,00	0,00	53.327.896,55	53.327.896,55 C
41	9	RECEITAS OPERACIONAIS BRUTA	0,00	0,00	52.571.980,07	52.571.980,07 C
4111	4	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	51.614.845,93	51.614.845,93 C
4111001	8	RECEITA DE FRETES E CARRETOS	0,00	0,00	50.582.799,26	50.582.799,26 C
4111002	1	RECEITA DE PRESTACAO SERVICOS	0,00	0,00	566.841,55	566.841,55 C
4111003	5	VALE PEDAGIO DESTACADO CTRC	0,00	465.205,12	465.205,12 C	
4141	6	REVENDA DE MERCADORIAS	0,00	0,00	957.134,14	957.134,14 C
4141001	0	VENDA COMBUSTIVEL A VISTA	0,00	0,00	868.532,14	868.532,14 C
4141002	3	VENDA COMBUSTIVEL A PRAZO	0,00	0,00	88.602,00	88.602,00 C
43	1	RECEITA FINANCEIRA OPERACIONAL	0,00	0,00	19.529,50	19.529,50 C
4311	7	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	19.529,50	19.529,50 C
4311001	0	JUROS ATIVOS/SELIC	0,00	0,00	3.000,63	3.000,63 C

Para demonstrar que a empresa auferiu receitas desta natureza, essencial que sejam apresentados documentos que confirmem a prestação de serviço internacional, dentre os quais o Conhecimento Internacional de Transporte Rodoviário (CRT), o Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC/DTA, o Conhecimento de Transporte Rodoviário, o contrato de Prestação de Serviço Internacional e contrato de Câmbio.

Quanto ao crédito de empresas do SIMPLES Nacional, os valores dos fretes estão todos englobados em contas de "Fretes e Carretos Pessoa Física" e "Fretes e Carretos Pessoas Jurídicas", sem uma segregação específica das empresas que seriam optantes pelo SIMPLES. O razão analítico igualmente não faz qualquer distinção específica (e-fls. 192):

SADA TRANSPORTES E ARMAZENAGENS S.A				Razão Analítico	Page 1 of 1	
Mês / Ano: 02/2008					Débito	Crédito
Conta Contábil : 3121001 FRETES E CARRETOS P.JURIDICA					Saldo	
Data	Un. Neg/C.Custo	Contra Partida	Un. Neg/C.Custo	Sequen.	Docto. Histórico	
01/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418557		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	393.348,61
08/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418558		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	329.349,38
12/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418559		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	183.191,54
13/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418560		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	291.749,07
14/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418561		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	367.748,88
15/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418562		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	387.228,52
18/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418563		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	339.484,12
19/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418564		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	177.356,09
20/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418565		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	228.853,61
21/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418566		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	192.930,29
22/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418567		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	248.822,83
25/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418568		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	393.888,17
26/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418569		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	261.808,89
27/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418570		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	355.209,44
28/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418571		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	186.965,02
29/02/2008 5000001	2115132	0020002	2418572		VR PROVSAO DIVS CTRCIB TEGMA GESTAO LOGISTICA NDATA	287.748,96
29/02/2008 0020002	2114001	5000003	2453906		VR FRETES P. JURIDICA BETIM NMES	319.416,51
29/02/2008 0010002	2114001	5000003	2453907		VR FRETES P. JURIDICA SBC NMES	62.235,00
29/02/2008 0010002	2114001	5000003	2453908		VR FRETES P. JURIDICA CAIU NMES	430.790,00
29/02/2008 0060002	2114001	5000003	2453909		VR FRETES P. JURIDICA ITAPIRA NMES	52.760,00
29/02/2008 0020002	2114001	5000002	2453910		VR FRETES P. JURIDICA BETIM/FIAT NMES	23.489.970,46
29/02/2008 0110002	2114001	5000003	2453911		VR FRETES P. JURIDICA PORTO REAL NMES	192.512,44
29/02/2008 0050002	2114001	5000003	2453912		VR FRETES P. JURIDICA SETE LAGOS NMES	1.120.381,31
						30.293.749,14
				Total da Folha :	0,00	30.293.749,14 D
				Total da Conta :	0,00	30.293.749,14 D

Para ao menos respaldar as suas alegações, importante que o contribuinte comprove que as operações de frete se relacionam ao SIMPLES Nacional, evidenciando que efetivamente foram concretizadas operações com estas empresas no mês em questão. Seria relevante que o contribuinte apresentasse um levantamento exemplificativo de prestadores, evidenciando que seriam optantes pelo SIMPLES Nacional previsto na Lei Complementar nº 126/2006.

Assim, uma vez que o contribuinte trouxe documentos que sugerem a existência do crédito (Dacon e DCTF retificadores), acompanhado de documentos contábeis que confirmariam ao menos em parte suas alegações (em especial quanto às despesas de seguro de carga seca), entendo pela necessidade da conversão do processo em diligência para que a autoridade fiscal de origem oportunize à Recorrente a apresentação de documentos e informações adicionais que possam confirmar sua validade.

Diante dessas considerações, à luz do art. 29 do Decreto nº 70.235/72¹, proponho a conversão do presente processo em diligência para que a autoridade fiscal de origem (Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo/SP):

(i) intime a Recorrente para apresentar cópia dos documentos fiscais e contábeis entendidos como necessários para que a fiscalização possa confirmar o crédito

¹ "Art. 29. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias."

tomado pelo contribuinte informado em seu DACON e DCTF retificadores (notas fiscais emitidas, as escritas contábil e fiscal detalhadas, o Conhecimento Internacional de Transporte Rodoviário - CRT, o Manifesto Internacional de Carga Rodoviária/Declaração de Trânsito Aduaneiro - MIC/DTA, o Conhecimento de Transporte Rodoviário, o contrato de Prestação de Serviço Internacional e contrato de Câmbio, razão analítico da conta de seguro e outros documentos que considerar pertinentes). Importante que sejam anexados aos autos o DACON e a DCTF originais, com os esclarecimentos pela empresa de quais informações foram modificadas na apuração da COFINS devida no mês (comparação entre o DACON/DCTF originais e o DACON/DCTF retificadores).

(ii) elaborar relatório fiscal conclusivo considerando os documentos e esclarecimentos apresentados, informando se os dados trazidos pelo contribuinte no DACON/DCTF retificadores estão de acordo com sua contabilidade, veiculando análise quanto à validade do crédito informado pelo contribuinte e a possibilidade de seu reconhecimento no presente processo.

Concluída a diligência e antes do retorno do processo a este CARF, intimar a Recorrente do resultado da diligência para, se for de seu interesse, se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias.

É como proponho a presente Resolução.

(assinado digitalmente)

Maysa de Sá Pittondo Deligne.